Proc. TC-009.202/2011-0
Tomada de Contas Especial (Recurso de Revisão)

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, manifestamo-nos, no essencial, de acordo com a proposta de não conhecimento do Recurso de Revisão sustentada no exame de admissibilidade de peça 350. Endossamos ainda a sugestão do Secretário da Serur (peça 352) de cancelar de ofício a multa em razão do falecimento do Sr. Humberto Ivar Araújo Coutinho, com respaldo no § 2º do art. 3º da Resolução TCU 178/2005.

O mérito da TCE foi deslindado pelo Acórdão 2.730/2014-TCU-Plenário (peça 133), decisão sucedida em sede de embargos pelo Acórdão 1.218/2015-TCU-Plenário (peça 146). Em seguida os Recursos de Reconsideração foram julgados pelo Acórdão 3.164/2016-TCU-Plenário (peça 218). Novamente foram manejados embargos, os quais resultaram no Acórdão 651/2017-TCU-Plenário (peça 249). Por fim, o Sr. Humberto Ivar ingressou com novos embargos, os quais foram apreciados pelo Acórdão 525/2018-TCU-Plenário (peça 273), havendo o registro no item 9.2 de que o novo recurso foi avaliado como medida protelatória e o alerta sobre a possibilidade de ser aplicada a multa definida no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil se houvesse nova tentativa de retardar a conclusão do julgamento.

Oportuno falar que o trânsito em julgado tem o condão de tornar definitiva uma decisão. Assim, na hipótese de o julgamento ter aplicado multa ao responsável, lembrando que multa tem natureza personalista, e de ele falecer após o esgotamento dos prazos recursais, em regra, essa multa irá impactar negativamente o espólio no limite da força da herança. Por outro lado, se ainda não tiver ocorrido o trânsito em julgado a multa deverá ser cancelada.

A propósito, é da natureza dos embargos suspender os prazos (§2º, do art. 34, da Lei 8.443/1992), o que faz, no caso concreto, com que no momento do falecimento do Sr. Humberto Ivar Araújo Coutinho ainda não houvesse o trânsito em julgado nestes autos, o que justifica o cancelamento da multa sugerida pelo titular da Serur.

Ministério Público, em 19 de maio de 2020.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador